

CLASSIFICAÇÃO RACIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DO CENSO ESCOLAR

Dayane Ferreira Silva¹
Maria Railma Alves²

¹**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES**
dayaneferreirasilva@yahoo.com.br

²**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES**
dayaneferreirasilva@yahoo.com.br

RESUMO

A questão racial, no Brasil, sempre foi tema de grandes pesquisas e, nos últimos tempos tornou-se alvo de grandes discussões, uma vez que várias políticas foram adotadas para minimizar as disparidades sociais entre as diferentes raças. Partindo desse pressuposto de que a raça/cor é um viés de análise importante para compreender as relações sociais no Brasil, em 2009, realizou-se uma pesquisa, intitulada “Autoclassificação e Classificação Racial: Uma Abordagem Sobre a Variável Cor/Raça no Censo Escolar, em uma Escola de Rede Pública e Privada do Município de Montes Claros/MG”, com o intuito de pesquisar a variável raça/cor contida no Censo Escolar em duas escolas do Município de Montes Claros, em uma escola de rede particular e uma escola de rede pública. Nesta pesquisa, foi utilizada a metodologia qualitativa e quantitativa. Devido ao alto número de dados obtidos através da pesquisa, abordaremos, neste, artigo apenas alguns deles. Assim sendo, na primeira parte, elaborou-se uma breve apresentação teórica sobre raça e relações raciais e como elas se apresentam de diferentes formas, em diferentes países; na segunda parte, elencam-se alguns dos dados obtidos através do trabalho de campo. Por fim, as considerações finais contêm algumas reflexões sobre o tema abordado e sobre os dados coletados. As análises dos resultados obtidos nos levam a inferir que o sistema de classificação racial nos anos iniciais (1º ao 5º ano de escolaridade) do ensino básico nas escolas pesquisadas da rede pública e privada do Município de Montes Claros possui falhas, já que a maioria dos pais não compreende o real sentido da classificação racial, além de possuir uma grande dificuldade em aceitar a classificação racial.

Palavras-chave: Cor/raça, Educação e Censo Escolar.

ABSTRACT

The issue of race in Brazil has always been the subject of extensive research, and recently has become the target of much debate, since many policies were adopted to minimize the social disparities among different races. Based on this premise that race / color is an important tool for understanding social relations in Brazil, in 2009, a study called Self Classification and Racial Classification was carried out.: An Approach about the variable Color / Race in School Census in a private and a public School in Montes Claros / MG in order to research race / color in the school Census in two schools in Montes Claros, a public one and a private one. In this study it has been used qualitative and quantitative methodology. Due to the high number of data obtained through research, we will discuss in this article only some of them. Thus, in the first part, we elaborated a theoretical short presentation about race and racial relations and how they present themselves in different forms in different countries. In the second part, we

list up some of the data obtained through field work. Finally, concluding remarks contain some thoughts about the subject and the data collected. Analysis of the results obtained lead us to infer that the system of racial classification in the early years (1st to 5th grade) of the researched primary schools from public and private ones in Montes Claros has faults, as most parents do not understand the real meaning of racial classification, besides, they have great difficulty in accepting the racial classification.

Keywords: Color / Race, Education and School Census

INTRODUÇÃO

A questão racial no Brasil sempre foi tema de grandes pesquisas e, nos últimos tempos, tornou-se alvo de grandes discussões, uma vez que várias políticas foram adotadas para minimizar as disparidades sociais entre brancos, pardos e negros. Afinal, hoje já se sabe que a raça/cor está intimamente relacionada às desigualdades sociais existentes nos diversos espaços da vida social.

Partindo desse pressuposto de que a raça/cor é um viés de análise importante para compreender as relações sociais no Brasil, em 2009, realizou-se uma pesquisa, intitulada “Autoclassificação e Classificação Racial: Uma Abordagem Sobre a Variável Cor/Raça no Censo Escolar, em uma Escola da Rede Pública e Privada do Município de Montes Claros/MG”, com o intuito de pesquisar a variável raça/cor contida no Censo Escolar em duas escolas do Município de Montes Claros, sendo uma escola da rede particular e uma escola da rede pública. O Censo Escolar levanta, todos os anos, elementos sobre a educação nacional e, entre os dados coletados, a classificação racial dos estudantes da educação básica. Essas informações servem de base para a formulação de políticas públicas sociais e também para a distribuição de recursos públicos. Os dados disponibilizados pelo Censo Escolar orientam para onde, quando e como as políticas públicas sociais (incluindo as ações afirmativas) devem ser implantadas na área educacional.

Desse modo, esta pesquisa teve como objetivo analisar a classificação racial no Censo Escolar, procurando, especificamente, compreender como é realizada e como se dá a classificação racial das crianças nos primeiros anos do ensino básico nas escolas, realizando, assim, uma comparação da classificação da cor/raça entre os alunos, bem como o grau de escolaridade, profissão e condições econômicas dos pais dos alunos, verificando se existe alguma correlação entre os fatores citados e a classificação da cor/raça.

Durante o processo de levantamento de dados, foi utilizada a metodologia qualitativa e quantitativa. As técnicas empregadas da metodologia qualitativa foram: a revisão bibliográfica, levantamento e análise documental e a entrevista estruturada com os profissionais responsáveis pelo censo nas escolas. O levantamento quantitativo privilegiou: levantamento através de questionários aplicados aos pais dos alunos, (autoaplicados a todos os pais dos alunos do 1º ano (Fase Introdutória), 2º ano (1ª Série), 3º ano (2ª Série), 4º ano (3ª Série) e 5º ano (4ª Série) do Ensino Básico), dados disponibilizados em tabelas, gráficos, teste de hipóteses.

Devido ao alto número de dados obtidos através da pesquisa, abordaremos neste artigo apenas alguns deles. Assim sendo, esses dados foram divididos em três partes: na primeira, elaborou-se uma breve apresentação teórica sobre raça e relações raciais, e como elas se apresentam de formas distintas, em diferentes países, apesar de possuírem a mesma base ideológica; a segunda expõe o cenário de desigualdade da educação brasileira ao analisar o viés racial; e, na terceira parte, abordam-se alguns dos dados obtidos através do trabalho de campo. Por fim, nas considerações finais, fazemos algumas reflexões sobre o tema abordado e sobre os dados coletados.

RAÇA E RELAÇÕES RACIAIS NO CONTEXTO INTERNACIONAL

Raça é um termo complexo, que diz respeito a uma construção da biologia, a qual, anteriormente, referia-se a traços e diferenciação biológica entre os povos. De acordo com o *Dicionário de Sociologia* (1977), raça significa grupo de indivíduos que possuem determinada combinação de caracteres físicos geneticamente condicionados e transmitidos de geração em geração em condições relativamente estáveis.

No ambiente científico, na área das ciências biológicas, raça não designa mais diferenciação biológica¹. No entanto, o termo raça, nas ciências sociais, passou a ser utilizado como categoria social para referir-se às diferenças étnicas (físicas e culturais). Octavio Ianni (1987, p.343), ao avaliar a importância dessa categoria, enfatiza que:

As raças se constituem, mudam, dissolvem ou recriam historicamente. É óbvio que têm algo que ver com categorias biológicas. Mas têm muito mais com as relações sociais que as constituem e modificam. As raças são categorias históricas, transitórias, que se constituem socialmente, a partir das relações sociais: na fazenda, seringal, fábrica, escritório, escola, família, igreja (...). Entram em linha de conta caracteres fenotípicos. Mas os traços raciais visíveis, fenotípicos, são trabalhados, construídos ou transformados na trama das relações sociais.

Tendo em vista que as relações raciais significam o modo como as diferentes raças inter-relacionam-se na trama das relações sociais, a raça se torna uma categoria social primordial para a compreensão das relações raciais em uma dada sociedade, principalmente no caso brasileiro, já que o Brasil é um país multirracial, e que a raça, aqui, serve de base para as relações sociais.

Comparações entre o Brasil e outros países sobre a questão racial são importantes, pois somente assim é possível realizar uma análise mais precisa de como se dão as interações raciais no caso brasileiro.

O Brasil e os Estados Unidos são os dois maiores países em relação ao número de negros, após a África, e esse alto número de descendentes africanos se deu devido ao período da escravidão, época em que essas nações tinham as maiores concentrações de escravos. Segundo Telles:

O Brasil e os Estados Unidos são os dois maiores países do Hemisfério Ocidental, tanto em tamanho, quanto em suas populações de origem africana. O número de brasileiros que declaram ter alguma ascendência negra é de cerca de 80 milhões, constituindo-se em cerca da metade da população total de 173 milhões de brasileiros. O alto percentual de brancos no Brasil que também possuem ascendentes africanos aumenta o número de pessoas com origens africanas para talvez mais de 100 milhões. Nos Estados Unidos, são 30 milhões de afrodescendentes, ou seja, cerca de 12% da população total de aproximadamente 270 milhões de norte-americanos. (TELLES, 2003, p. 27)

Entretanto, apesar de os Estados Unidos e o Brasil serem os países com número expressivo de negros e terem nas suas origens elementos da supremacia branca, as relações entre senhores (brancos) e escravos (pretos) não se deu da mesma forma. Conforme Telles (2003, p.16), “embora ambos os sistemas raciais tenham raízes na ideia da supremacia branca,

¹ Na biologia, a raça é vista como um conjunto de indivíduos cujas características corporais são semelhantes e transmitidas por hereditariedade, embora possam variar de um indivíduo para outro, levando-se em consideração somente o campo genético. LOPES & ROSSO, Sônia; Sergio. *Biologia*. São Paulo: Saraiva, 2005.

suas respectivas ideologias e padrões de relações raciais resultam em formas radicalmente diferentes que respondem a forças históricas, políticas e culturais distintas”.

No Brasil, as relações raciais entre brancos e negros foram marcadas pela miscigenação, pela mistura racial entre as diferentes raças; já nos Estados Unidos, as relações entre as diferentes raças foram marcadas pela segregação racial, pela separação e pelo isolamento social da população negra.

A classificação racial no Brasil se baseia principalmente na cor da pele, no tipo de cabelo, no formato do nariz e dos lábios de uma pessoa, ou seja, na sua aparência física, e não na sua descendência africana, como nos Estados Unidos. Nogueira (1985, p.6), ao pesquisar as relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos, ressalta que:

(...) enquanto nos Estados Unidos há uma linha de cor a separar os brancos dos não-brancos, no Brasil há uma zona intermediária, fluida, vaga, que flutua, até certo ponto, ao sabor do observador ou das circunstâncias. Enquanto nos Estados Unidos exclui-se da categoria “branco” todo indivíduo que se saiba ter ascendência não-branca, por mais remota e imperceptível que seja, no Brasil mesmo indivíduos com leves, porém, insofismáveis traços negroides são incorporados ao grupo branco, principalmente quando portadores de atributos que implicam *status* médio ou elevado (riqueza, diploma de curso superior e outros).

Desse modo, as classificações raciais no Brasil são imprecisas. Uma pessoa pode se classificar em vários termos raciais (branco, preto, pardo, indígena, amarelo, que são as categorias oficiais do estado brasileiro, ou se identificar em outras categorias populares, como, mulato, moreno etc.). Além disso, a forma como a pessoa se identifica e é classificada racialmente na sociedade também pode alterar, conforme a sua condição social. Telles (2003, p.304), ao comparar o Brasil aos EUA, afirma que:

Embora os significados sociais fundados na raça sejam onipresentes, em nenhum lugar o fato de pertencer a uma categoria específica é determinado por uma estrutura fixa. No entanto, isso é particularmente válido para o caso brasileiro, em que as classificações raciais são especialmente ambíguas ou fluidas. A forma pela qual as pessoas se identificam e se classificam é, às vezes, inconsistente e pode variar segundo a condição social (...). Nos Estados Unidos, ao contrário, a raça, historicamente, tem sido definida por regras de hipodescendência, em que qualquer pessoa com um pouco de ascendência negra também é considerada negra. Embora tais definições rígidas ou essencialistas estejam em processo de alteração, caminhando para uma maior ambiguidade, ainda assim estão longe de ser tão fluidas como no Brasil.

Em seus estudos, Nogueira (1985) verifica que, enquanto no Brasil os traços físicos da população negra, chamados por ele como “traços negroides”, provocam preterição, nos Estados Unidos o menor grau de descendência negra induz a uma grande exclusão do grupo branco e inclusão em um grupo separado, discriminado e desfavorecido. O autor supracitado destaca ainda que, no Brasil, a cor escura ou o tipo “negroide” provoca o sentimento de “compaixão”, pois essa característica física remete a um passado desumano, vivenciado pelos negros, a escravidão. Além do mais, a aparência negativa da cor e dos “traços negroides”, no Brasil, não impede que negros e brancos se relacionem. Já as relações raciais nos Estados Unidos têm um caráter hostil, muitas vezes marcado pela violência por parte da população de cor/raça branca contra a população negra.

No Brasil, ideologicamente, valorizou-se a miscigenação e o conseqüente branqueamento da população, além de se ter proclamado o caráter democrático das relações raciais. Nos Estados Unidos, apesar das mudanças nos últimos tempos e, embora pela primeira vez a população norte-americana tenha escolhido um presidente negro nas eleições de 2008, parece que ainda falta muito para mudar ou alterar essa realidade. De acordo com Nogueira:

Os Estados Unidos e o Brasil constituem exemplos de dois tipos de “situações raciais”: um em que o preconceito racial é um manifesto e insofismável e outro em que o próprio reconhecimento do preconceito tem dado margem a uma controvérsia difícil de superar. (NOGUEIRA, 1985, p.77)

Sendo assim, esses dois países trataram a questão racial de forma diferenciada. No Brasil, as diferenças raciais se deram a partir de outras práticas, diferente dos Estados Unidos, onde os problemas raciais se deram através de mecanismos segregacionistas.

Essa questão nos leva a perceber que a raça é um assunto complexo e que, no Brasil, existe uma grande dificuldade em aceitar que essa construção social influencia nas relações sociais e que a raça, aqui, possui alto poder sobre a organização social. A dificuldade maior ainda consiste, principalmente, em aceitar que a raça seja um dos condicionantes das desigualdades sociais, uma vez que a ideologia da democracia racial foi fortemente impressa no cotidiano dos brasileiros.

As relações sociais entre os brasileiros são permeadas por preconceitos, racismos e discriminações, e tais características se encontram presentes em todas as instituições, seja na família, no trabalho e, sobretudo, na escola.

O NEGRO E O ACESSO À EDUCAÇÃO NO BRASIL

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD - 2007)², o Brasil possui uma população total de 189.820.000 milhões de habitantes, sendo que 49,4% desse valor se consideram brancos, 7,4% pretos, 42,3% pardos e 0,8% amarelos ou indígenas (Ver Tabela 01). Se os valores da população preta e parda forem somados, passam a representar 49,7% da população brasileira, ou seja, 49,7% da população do Brasil podem ser considerados afrodescendentes. Porém, esse alto número de população afrodescendente não significa que pretos e pardos tenham o mesmo acesso aos bens necessários para a manutenção da vida.

Tabela 01
População total e respectiva distribuição percentual, por cor ou raça, segundo as grandes regiões, 2007.

Região Nordeste	52 305	29,5	8,5	61,5	0,5
	Distribuição percentual, por cor ou raça (%)				
Região Sudeste	80 845	58,4	8,4	32,4	0,9
Grandes Regiões	Total	Branca	Preta	Parda	Amarela ou Indígena
Região Sul	27 704	78,7	4,3	16,3	0,7
	(1000 pessoas)				
Região Centro-Oeste	13 563	41,1	6,6	50,9	1,4
Brasil	189 820	49,4	7,4	42,3	0,8
Região Norte	15 403	24,7	5,5	68,3	1,6

² IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Indicadores Sociais. 2007. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao> (acessado em 01/02/2009).

Fonte: IBGE, PNAD, 2007.

As desigualdades entre brancos e negros são grandes e impedem que os negros fiquem em pé de igualdade com os brancos. Consequentemente, impossibilitam aos negros obterem sua inclusão na sociedade brasileira. Segundo Heringer (2002), as diferenças entre brancos e negros são graves e interferem na inserção dos negros em nossa sociedade, o que compromete o projeto de construção de um país democrático, com oportunidades iguais para todos. A autora enfatiza ainda que as desigualdades apresentam-se em diferentes momentos do ciclo de vida do indivíduo, desde a saúde na infância, passando pelo acesso à educação e permanecendo no mercado de trabalho, com consequência direta no valor dos rendimentos obtidos e nas condições de vida como um todo. Henriques (2001, p.17)³, em seu estudo, constata que:

Nascer negro no Brasil está relacionado a uma maior probabilidade de crescer pobre. A população negra concentra-se no segmento de menor renda *per capita* da distribuição de renda do país. Observamos que a comunidade negra encontra-se proporcionalmente mais representada nos décimos inferiores da distribuição de renda, com sua participação reduzindo-se de forma contínua ao longo da distribuição. Especificamente, os negros representam 70% dos 10% mais pobres da população, enquanto, entre o décimo mais rico da renda nacional, somente 15% da população é negra. Essa realidade demonstra como a estrutura da distribuição de renda brasileira traduz um nítido “embranquecimento” da riqueza e do bem-estar do país.

As disparidades sociais existentes contra quem nasce negro resultam em grande diferenciação econômica entre brancos e pretos. Henriques (2001) destaca que essa distinção econômica de brancos e pretos permite realizar uma “clivagem socioeconômica”, que o autor define como se existissem dois Brasis: um “Brasil branco”, mais rico e mais desigual, e um “Brasil negro”, mais pobre e mais igualitário.

Desse modo, pode-se perceber que os negros possuem acesso desigual no que diz respeito a, praticamente, todos os requisitos básicos à manutenção de uma boa qualidade de vida, como infraestrutura urbana e habitação, acesso à educação, mercado de trabalho e, principalmente, a distribuição de renda, se comparados aos brancos.

Conforme Telles (2003), o acesso desigual ocorre porque as políticas adotadas pelo Estado brasileiro, no passado, geraram uma hierarquia racial no Brasil. Isso porque, primeiramente, o Estado criou um sistema de dominação racial, a escravidão, sistema repressivo e degradante para os negros que, consequentemente, gerou grande desigualdade racial. Segundo, porque, após a abolição da escravidão, o Estado nada fez para inserir o negro no trabalho livre e diminuir as diferenças sociais entre ele e o branco, além de a escravidão no Brasil ter criado e deixado um padrão de práticas sociais que diferenciaram o tratamento aos trabalhadores negros e brancos. Terceiro, o Estado proporcionou políticas de imigração que tinham como objetivo branquear a população brasileira, o que acabou consolidando as desigualdades entre brancos e negros, já que resultou no privilégio da mão-de-obra europeia e na exclusão do negro no mercado de trabalho.

Uma das condições essenciais ao indivíduo que interfere diretamente na distribuição de renda é a escolaridade, uma vez que quem possui mais anos de estudos tende a ter mais

³ HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: Evolução das condições de vida na década de 90. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Rio de Janeiro. 2001. http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001 (acessado em 29/01/2009).

possibilidades de uma renda maior. Desde a Constituição de 1988, o acesso à educação é garantido a todos como um direito público subjetivo, em que, independente da raça, religião e condição econômica, todos têm o direito à educação fundamental gratuita; e o ensino médio também está indo em direção à universalização da gratuidade. Entretanto, é na área educacional que se encontram as maiores desigualdades entre negros e brancos. Alves & Soares (2003)⁴, ao analisarem a questão educacional no Brasil, afirmam que:

A escola continua sendo um produto social desigualmente distribuído. Desigualdades no ingresso aos diferentes tipos e níveis de ensino persistem, ainda que se manifestem hoje de forma menos maciça e mais sutil. Essas desigualdades são moduladas por filtros socioeconômicos, raciais, localização (urbana, rural) e por tipo de rede escolar (pública, particular).

A educação está nitidamente vinculada às desigualdades raciais, uma vez que está profundamente relacionada à distribuição de renda, ou seja, quem possui mais anos de escolaridade, conseqüentemente, possui as melhores ocupações e salários. Assim, a escolaridade é responsável pela maior parte das diferenças na mobilidade social entre brancos e negros. Heringer (2002) enfatiza que, diante da importância da escolaridade na mobilidade social, a análise das oportunidades educacionais de brancos e negros no Brasil se torna mais importante ainda, principalmente a relação entre o desempenho escolar e a alocação dos dois grupos de cor no mercado de trabalho. Quanto à educação, a autora, inicialmente, destaca que:

Uma primeira constatação é a baixa escolaridade da população brasileira como um todo, já que a média do país é de apenas 5,7 anos de estudo. Supondo que não haja repetência, isto equivaleria apenas à conclusão da 5ª série do ensino básico. Um outro aspecto a se levar em conta é a diferença em termos de anos de estudo entre negros e brancos. Estes últimos possuem em média dois anos de estudo a mais do que os negros. (HERINGER, 2002, p.60)

Nota-se que o Brasil possui uma taxa de escolaridade baixa, e esse indicador fica ainda pior ao analisar-se a questão educacional brasileira em relação ao viés racial, uma vez que os negros possuem grande defasagem em anos de estudos, em comparação aos brancos. Henriques (2001, 27), ao analisar a escolaridade no Brasil, afirma:

Em termos do projeto de sociedade que o país está construindo, o mais inquietante é a evolução histórica e a tendência de longo prazo dessa discriminação. Sabemos que a escolaridade média dos brancos e dos negros tem aumentado de forma contínua ao longo do século XX. Contudo, um jovem branco de 25 anos tem, em média, mais 2,3 anos de estudo que um jovem negro da mesma idade, e essa intensidade da discriminação racial é a mesma vivida pelos pais desses jovens – a mesma observada entre seus avós.

Assim sendo, a desigualdade educacional persiste durante gerações, e nenhuma política pública foi realizada a fim de combatê-la. Ainda que, ultimamente, o governo tenha se demonstrado mais interessado com a questão racial no Brasil, os resultados das medidas tomadas ainda são tímidos, se comparados ao alto grau de desigualdades. A Tabela 2

⁴ ALVES & SOARES, Maria Teresa Gonzaga; José Francisco. Desigualdades Raciais no Sistema Brasileiro de Educação Básica. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). 2003. <http://www.scielo.br/scielo.php> (acessado em 01/02/2009).

demonstra como a desigualdade persiste entre a população negra na década de 90, no âmbito educacional.

Tabela 02
Taxa de escolarização líquida por cor ou raça, 1992-2001

Ensino Fundamental	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	Em %
								2001
Branca	87	88	90	91	92	93	94	95
Negra	75	77	81	82	85	89	91	92
Todos	81	83	85	86	88	91	92	93
Ensino Médio	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001
Branca	27	28	33	34	38	41	45	51
Negra	9	10	12	14	15	19	21	25
Todos	18	19	22	24	27	30	33	38

Fonte: IBGE, PNAD, 1992 -2001. Elaboração DISOC/Ipea a partir de microdados apud JACCOUD & BEGHIN (2002, p.33).

Analisando a taxa de escolaridade líquida de crianças matriculadas entre os anos de 1992 a 2001 (Tabela 02), podemos perceber que existe um hiato entre a população branca e negra no ensino fundamental, apesar de ter diminuído, ao longo dos anos, o que demonstra que a população negra passou a ter um maior acesso ao ensino fundamental, já que o hiato caiu de 12 pontos, em 1992, para 3, em 2001. Ainda assim, existe uma diferença na taxa líquida de escolaridade entre negros e brancos, em que, mais uma vez o negro está em posição desprivilegiada em comparação ao branco. E, ao contrário do ensino fundamental, em que ocorreu maior universalização do ensino aos negros, no acesso ao ensino médio houve grande discrepância entre negros e brancos, a distância passou de 18 pontos, em 1992, para 26 pontos, em 2001 (IBGE/PNAD, 2002).

Sobre a diferenciação educacional entre brancos e negros, Jaccoud & Beghin (2002) afirmam que isso ocorre porque o sistema educacional estaria refletindo a reprodução de desigualdades históricas, visto que os alunos negros fariam parte de famílias cujos pais possuíam níveis de instrução menores que os pais dos alunos brancos, o que condicionaria seu desempenho na escola.

A Tabela 03 revela a média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, e, mais uma vez, fica claro que a desigualdade entre negros e brancos existe em todo o país.

Tabela 03
Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as grandes regiões, unidades da federação e regiões metropolitanas -2007

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade			
	Total	Cor ou raça		
		Branca	Preta	Parda
Brasil	7,3	8,1	6,4	6,3

Norte	6,8	7,7	6,2	6,6
Rondônia	6,6	6,8	6,2	6,5
Acre	6,9	8,1	5,4	6,6
Amazonas	7,4	8,8	6,7	7,1
Roraima	7,6	8,4	6,5	7,5
Pará	6,5	7,4	6,0	6,2
Região Metropolitana de Belém	8,2	8,9	7,4	8,0
Amapá	8,0	8,7	7,7	7,8
Tocantins	6,7	7,8	5,9	6,4
Nordeste	6,0	6,9	5,7	5,6
Maranhão	5,8	6,9	5,3	5,5
Piauí	5,5	6,8	5,3	5,1
Ceará	6,3	7,0	5,8	5,9
Região Metropolitana de Fortaleza	7,6	8,6	7,1	7,1
Rio Grande do Norte	6,3	7,1	5,1	5,9
Paraíba	5,7	6,9	4,4	5,1
Pernambuco	6,2	7,1	5,3	5,7
Região Metropolitana de Recife	7,8	8,9	6,7	7,2
Alagoas	5,3	6,6	4,6	4,8
Sergipe	6,4	7,0	5,9	6,2
Bahia	6,0	6,6	6,1	5,7
Região Metropolitana de Salvador	8,3	9,8	7,8	8,2
Sudeste	8,0	8,6	6,9	7,0
Minas Gerais	7,1	7,9	6,1	6,5
Região Metropolitana de Belo Horizonte	8,1	9,1	7,0	7,5
Espírito Santo	7,4	8,2	6,4	6,9
Rio de Janeiro	8,3	8,9	7,1	7,6
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	8,6	9,3	7,6	7,9
São Paulo	8,3	8,7	7,3	7,2
Região Metropolitana de São Paulo	8,7	9,2	7,8	7,5
Sul	7,6	7,9	6,6	6,4
Paraná	7,6	8,1	6,4	6,4
Região Metropolitana de Curitiba	8,4	8,9	7,3	7,1
Santa Catarina	7,8	8,0	6,8	6,5
				Conclusão
Rio Grande do Sul	7,5	7,7	6,7	6,2
Região Metropolitana de Porto Alegre	8,3	8,5	7,4	6,9
Centro-Oeste	7,5	8,3	6,6	6,9
Mato Grosso do Sul	7,2	8,0	6,0	6,4
Mato Grosso	6,7	7,7	5,8	6,2
Goiás	7,2	7,9	6,4	6,8
Distrito Federal	9,3	10,4	8,3	8,5

Fonte: IBGE, PNAD, 2007.

A PNAD (2007)⁵ comprova que as desigualdades continuam, já que os dados demonstrados na Tabela 03, da média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões

⁵ IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Indicadores Sociais. 2007. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao> (acessado em 01/02/2009).

Metropolitanas, informam que a média nacional de anos de estudo para os brancos é de 8,1 anos de estudo, enquanto que, para os pretos, é 6,4 e, para os pardos, 6,3. Portanto, os negros e pardos estão em desvantagens em anos de estudo, se comparados aos brancos, e abaixo da média nacional, que é de 7,3 anos.

Outro dado é que a escola se tornou um espaço de transmissão das práticas raciais discriminatórias, as quais se manifestam ao longo de todo o ciclo educacional, da pré-escola até a universidade. Telles (2003, p.238) afirma que:

Assim, as escolas podem ser os locais mais importantes para examinar a discriminação racial. Ali, algumas formas de discriminação racial podem ser grosseiras, mas, normalmente, é mais provável que ela se concretize por meio de uma “profecia” auto-realizável, que leva os professores a investirem mais nos estudantes brancos. Isso acontece de acordo com a imagem negativa dos negros, tal como é apresentada em alguns livros escolares, levando à baixa estima entre os estudantes negros, em razão da sua interação com outros estudantes, professores e administradores. Além disso, como os negros são mais propensos a ser pobres e a viver em condições abaixo da média, também são mais propensos a sofrer desnutrição e insônia, o que diminui a capacidade de aprendizado.

A escola deveria ser um local totalmente democrático, que ensinaria aos alunos, desde as séries iniciais, a respeitarem as diferenças existentes na sociedade. No entanto, a escola acaba por ser uma das primeiras instituições a praticar o racismo, embora, muitas vezes, através de práticas discriminatórias mais veladas.

Além disso, desde cedo os alunos negros tendem a frequentar escolas públicas, já que a maioria da população negra pertence aos extratos sociais mais baixos e, por suas condições financeiras, acaba cursando escolas públicas, as quais oferecem um ensino de baixa qualidade. Telles (2003) aponta que as crianças e jovens negros são mais propensos a frequentar escolas públicas e cursos noturnos do que os brancos. E, entre aqueles que cursam escolas públicas, os negros tendem mais a estudar em escolas com menos recursos, como as escolas da periferia dos centros urbanos, devido, também, a sua condição socioeconômica.

A presença da maioria dos negros em escolas com nível de ensino mais deficiente traz consequências graves para a população negra, pois, em sua maioria, aqueles que conseguem concluir o ensino médio não conseguem competir com os estudantes das escolas particulares no vestibular. Segundo Telles:

Estudantes de famílias com maior poder aquisitivo, que cursam escolas privadas até o vestibular, recebem subsídios do governo para frequentar as universidades públicas de alto nível. Estudantes mais pobres frequentam as escolas públicas de primeiro e segundo grau com poucos recursos e, normalmente, não conseguem passar no vestibular das universidades públicas. A estes estudantes resta pagar para estudar nas universidades particulares, de qualidade inferior. Os 7 % mais ricos da população representam 27 % dos universitários, enquanto os 40 % mais pobres representam apenas 5 %.

O contraste entre a alta qualidade das universidades públicas, comparada à baixa qualidade da educação pública primária e secundária em geral, é visível no fato de o governo brasileiro despender cerca de 20 vezes mais com cada universitário do que com estudantes do nível básico e secundário. (TELLES, 2003, p.199)

Com o crescimento econômico nas últimas décadas e com a disputa pelo mercado cada vez mais globalizado, o Brasil necessitou investir no ensino superior, a fim de gerar mão-de-obra qualificada para os postos de trabalho advindos desse crescimento. Isso fez com que esse nível educacional se expandisse, gerando crescimento significativo da classe média profissional. No entanto, esse crescimento beneficiou os brancos, de forma desproporcional, visto que a maioria das pessoas que completam o ensino superior são brancos. Isso acabou produzindo uma desigualdade racial crescente no acesso à educação do ensino superior.

Tabela 04

Proporção de pessoas de 25 anos e mais de idade que concluíram curso superior, por cor ou raça, segundo as grandes regiões - 2007

Grandes Regiões	Proporção de pessoas de 25 anos e mais de idade que concluíram curso superior (%)		
	Total (1)	Cor ou raça	
		Branca	Preta ou parda
Brasil	9,0	13,4	4,0
Norte	5,8	9,7	4,5
Nordeste	5,1	9,4	3,2
Sudeste	11,3	15,5	4,3
Sul	9,7	11,2	3,1
Centro-Oeste	10,4	15,9	6,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Nota: Inclusive Mestrado ou Doutorado.

(1) Inclusive amarela, indígena e sem declaração.

Os dados da Tabela 04⁶ demonstram o quanto a população negra é prejudicada ao longo dos anos em que frequenta a escola de ensino básico e médio, pois, ao concorrer com os brancos por uma vaga na universidade, não consegue competir em pé de igualdade e acaba ficando sem o ensino superior.

O breve quadro sobre a desigualdade racial aqui apresentado demonstra a injustiça social que a maioria da população negra vivencia durante toda a sua vida, da estigmatização que sofre por estar presente nas classes sociais mais baixas, com condições de moradias mais precárias, dificuldade de acesso à saúde e a outros tipos de serviços. Isso impede o crescimento de suas potencialidades, a que ainda são somadas as desigualdades na área educacional, resultando em um mercado de trabalho injusto, onde aos negros restam os cargos mais simples e menos remunerados. Quanto às desigualdades raciais, Jaccoud & Beghin (2002, p. 37) afirmam que:

Tal processo de exclusão fortalece as características hierárquicas e autoritárias da sociedade brasileira e aprofunda o processo de fratura social que marca o Brasil contemporâneo. Assim, ao falar-se de desigualdades raciais, está-se falando não somente de um problema que afeta parte da população nacional, mas de diversos problemas que atingem a sociedade brasileira como um todo.

⁶ IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Indicadores Sociais. 2007. <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao> (acessado em 01/02/2009).

Portanto, as desigualdades raciais não se tratam apenas de uma suposição, mas são fatos reais, que atingem a todos, negros e brancos. E, embora exista grande diversidade racial no Brasil, as relações raciais têm, no seu interior, como pano de fundo, as desigualdades raciais, já que as relações sociais são criadas e recriadas sobre preconceitos raciais e racismo, que impedem a mobilidade social dos negros. A seguir, será apresentado o instrumento de coleta de dados do Ministério da Educação, o Censo Escolar, que tem entre seus objetivos avaliar os problemas e as desigualdades na área educacional, inclusive a desigualdade racial.

AUTOCLASSIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO RACIAL: UMA ABORDAGEM SOBRE A VARIÁVEL COR/RAÇA NO CENSO ESCOLAR, EM UMA ESCOLA DE REDE PÚBLICA E PRIVADA DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG.

Algumas medidas têm sido tomadas pelo Estado com vistas a reconhecer o sistema educacional, tornando possível, assim, superar as falhas e lacunas existentes nesse âmbito. Para isso, o Ministério da Educação realiza, anualmente, desde 1997, o Censo Escolar, que tem como propósito conhecer melhor o sistema educacional brasileiro. Segundo o Ministério da Educação (2009)⁷, o Censo Escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de domínio nacional, realizado todos os anos e coordenado pelo Instituto Nacional Estudos Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Esse censo é feito com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. O Censo Escolar possui muitas questões, e, entre os dados coletados, busca saber qual é a autotransclassificação/classificação racial dos estudantes da educação básica, visto que esta informação tem tido importância para a construção de políticas públicas sociais como, por exemplo, o sistema de reserva de vagas/cotas.

Com o intuito de buscar respostas necessárias para este estudo sobre a autotransclassificação/classificação racial no Censo Escolar no ensino básico, em uma escola de rede pública e privada do Município de Montes Claros-MG, foram realizados alguns levantamentos, onde se procurou aprofundar sobre a questão da autotransclassificação/classificação racial. A escola da rede pública, no período abril de 2009, contava com 259 alunos matriculados entre o 1º ao 5º ano de escolaridade; deste total, somente 134 pais responderam ao questionário. Já a escola da rede particular, em abril de 2009, possuía 348 alunos matriculados entre o 1º ao 5º ano de escolaridade. Entretanto, apenas 173 pais dos alunos responderam ao questionário. Assim sendo, esta pesquisa conta com uma população total de 307 sujeitos participantes.

Com o propósito de compreender a finalidade da classificação da cor/raça nas escolas, na visão dos pais, foi apresentada a seguinte indagação: Vocês sabem qual o objetivo da classificação cor/raça nas escolas? Considerando a riqueza das informações obtidas a partir desta pergunta, optou-se em elencar as respostas dos pais em blocos semelhantes.

Bloco A) Preconceitos

No Bloco A, foram agrupadas as respostas dos pais que consideram que a classificação da cor/raça nas escolas tem como propósito dar suporte para os profissionais das escolas trabalharem a questão da diversidade racial e o preconceito no ambiente escolar, contribuindo, assim, para uma sociedade menos preconceituosa e mais igualitária.

⁷ - Brasil, Ministério da Educação. Instituto Brasileiro de Nacional Estudos Educacionais Anísio Teixeira (INEP): Censo Escolar. 2009. <http://www.inep.gov.br/default2.htm> (acessado em 02/02/2009).

No Bloco B. foram elencadas as respostas dos pais ou responsáveis pelos alunos que informaram que solicitam a classificação da cor/raça nas escolas para fornecer dados para o governo, principalmente para as políticas públicas de reserva de vagas/cotas.

Fonte: Coleta direta, 2009.

Bloco B) Cotas

Especificação sobre para que serve a cor/raça nas escolas
Acredito que é para poder ter maior controle sobre as vagas da faculdade que são destinadas aos "negros, índios, e deficientes".
Análises e posteriormente a implementação por meio de uma comissão para avaliar o quanto o sistema de cotas.
É para atender a exigências da lei do Sistema de Cotas. Classificar para promover um levantamento, para que no futuro possa ser utilizado para disputa de vagas nas universidades públicas, concorrendo somente entre os afrodescendentes.
Acredito que as escolas trabalham a cor/raça na escola para conscientizar os alunos sobre o preconceito. Porém, ele existe e é camuflado por todos.
Acredito que seja para que a escola tenha o conhecimento no sentido de trabalhar com os alunos, os ensinando a lidar com as diferenças, tratando todos de forma igual sem distinção quanto a cor e raça.
Na faculdade para ter direito a vagas destinadas a negro, índio etc.
É importante para as crianças não crescerem preconceituosas, e logo elas saibam que a cor ou raça não importa e que todos somos iguais.
Para atender legislação federal para dados estatísticos e números de cotas nas universidades.
Para classificar cotistas nas universidades.
Identificar as origens dos alunos, respeitar o próximo, evitando o preconceito; valorização de cada raça.
Para cotas destinadas ao preenchimento de vagas nas universidades ou faculdades públicas.
Para conscientizar as crianças que independente da cor todos somos iguais e precisamos um do outro.
Para distribuição de cotas nas faculdades públicas.
Para conscientizar as crianças que não dependem da cor para ser gente, independente da cor todos somos iguais e precisamos do outro.
Para fazer o censo nacional escolar etc. Número de vagas para a universidade, preconceitos da raça etc...
Para futuramente no caso de cotas das faculdades públicas.
Para evitar os preconceitos.
Para garantir direitos iguais à vaga... (coisas do governo) para mim cor não tem importância porque não garante caráter.
Para se saber mais sobre o preconceito nas escolas, e cor/raça dos alunos.
Para limitar número de vagas nas escolas.
Para não haver discriminação, racismo pois independente da cor, raça todos somos iguais.
Para o governo ficar ciente da cor/raça de sua população, sistema de cotas.
Para não haver preconceito.
Para o sistema de cotas, o que não concordo.
Para que os próprios alunos não fiquem desclassificando os próprios colegas quanto à sua cor e criticando os colegas.
Para saber qual estudante que tem direito a conseguir uma vaga gratuita em uma faculdade.
Por causa das cotas que os negros têm para ingressar nas universidades.
Para acabar a cultura, os preconceitos e as diferenças das pessoas.
Para ter vagas especiais nas faculdades.
Serve para que os alunos entendam que todos são iguais independente de cor/raça e evitar que tratem de modo diferente os que para eles não são iguais.
Por causa do sistema de cota para as universidades.
Sistema de reserva de cotas, para evitar a discriminação.
Um dos objetivos da classificação é poder no futuro ingressar numa universidade pelo sistema universal de cotas.

Fonte: Coleta direta, 2009.

Bloco C) Controle Social

Para indicar alguma coisa na escola
Para indicar indicadores sociais para fonte de pesquisa. Estas pesquisas que vivem comparando brancos, negros e indígenas.
Para pesquisar um grande preconceito. Deveriam comparar ou medir a qualidade do ensino público e privado.
Para quantificar renda/educação no enfoque cor/raça. Para estabelecer estatísticas e produzir trabalhos de conclusão para onde as escolas encontram-se uma amostragem significativa da população brasileira.
Para um censo escolar.
Para um censo escolar.
Dados para pesquisas.
Identificar e classificar o indivíduo.
O objetivo da classificação é determinar o percentual de cada cor/raça que tem acesso à escola, bem como implementar políticas públicas que assegurem o acesso e a permanência com sucesso de todos os cidadãos da escola.
Para estudos posteriores com o objetivo de identificar ou melhor visualizar a "cara" do ensino digo, dos alunos do ensino particular ou público, e assim direcionar melhor as ações, conhecendo o corpo estudantil nas suas minúcias.
Para identificação e classificação do indivíduo.
Para saber ou avaliar a quantidade de raças na escola.

Fonte: Coleta direta, 2009.

O Bloco C contém as respostas dos pais ou responsáveis que consideram que a classificação da cor/raça nas escolas tem o propósito de conhecer a quantidade de negros, brancos, pardos e outros, compondo, assim, os indicadores sociais, pesquisas que servirão de base para políticas públicas, seja no âmbito municipal, estadual ou federal.

No entanto, devemos destacar a primeira resposta deste bloco, onde o pai reconhece que os dados servem de fonte de pesquisa, porém considera tal iniciativa um grande preconceito, uma vez que fica comparando brancos e negros. A partir dessa resposta, podemos perceber que esse pai não considera que a cor/raça de uma pessoa influencia no ambiente escolar.

Bloco D) Socialização

Especificação sobre para que serve a cor/raça nas escolas

Diminuir as desigualdades sociais onde a cor tem influência.

Para que possa estar privilegiando os alunos negros para estar concertando um erro do passado que foi a escravidão, dando ao negro a compensação dentro da sociedade.

Para questão dos estudos mesmo, da escravidão, o quanto o negro era explorado e hoje graça ao bom senso hoje ele não é explorado, pelo contrário, deu a volta por cima.

Para ver se a gente é muito racista, porque tem muitas pessoas que são muito racista, que não sabe compreender.

Porque ainda há muito preconceito das pessoas.

Creio que deve ser para melhor trabalho, uma forma de socialização dos alunos, e da sociedade num todo.

Porque tem muito professor, colega, que não gosta de alguns alunos por causa que eles são pretos, humilhão e não dão a menor atenção para eles.

Serve para que não tenha discriminação entre cores e raças.

Fonte: Coleta direta, 2009.

No Bloco D, estão organizadas as respostas dos pais ou responsáveis que consideram que a classificação da cor/raça serve para compensar o negro, devido ao seu passado (“a escravidão”). Podemos perceber, a partir desse bloco, o sentimento de pena e de compaixão por causa da história do negro no Brasil.

Bloco E) Segregação

Especificação sobre para que serve a cor/raça nas escolas

Na minha opinião isto serve para segregar racialmente um indivíduo, de outra forma não vejo qualquer utilidade, seja na universidade, no ensino médio ou no fundamental.

Não seria para classificar o que não se classifica.

Não tem sentido nenhum, uma vez que, não existe raça (biologicamente) na espécie humana.

Para atrapalhar, para piorar ensino ainda mais. Para nascer nos corações dos estudantes a revolta e o preconceito, e reacender o fogo devorador e fulminante que se chama "racismo".

Para podermos cientificar o preconceito existente entre raças.

Uma forma absurda de justificar e legalizar o racismo perante a sociedade.

Fonte: Coleta direta, 2009.

As respostas dos pais ou responsáveis pelos alunos que informaram saber para que solicitam a classificação da cor/raça nas escolas, no Bloco E, demonstram que os pais são contra a classificação da cor/raça, justificando que somos todos uma única raça, “a raça humana”, e que tal classificação só contribui para segregar e aumentar o preconceito. Já o bloco de resposta F apresenta respostas que não se enquadraram nos blocos apresentados anteriormente. No entanto, são significativas e merecem uma atenção à leitura das mesmas.

Bloco F) Outras respostas

Especificação sobre para que serve a cor/raça nas escolas

Acredito que hoje, com o acesso à informação, qualidade de ensino e competência de cada criança, a igualdade racial será cada vez maior entre eles.

É para saber se tem pessoas racistas.

Para averiguar o tipo de cultura/costumes que a criança teve com base de conhecimentos.

Para definir a cor da pessoa, a raça da pessoa vem da família.

Para se identificar uma criança em caso por exemplo de sequestro, a identidade da pessoa, a cor e outros é muito importante.

Para se ter uma boa qualificação

Porque tem pessoas racistas, acho isso péssimo, porque nós seres humanos somos iguais, somos filhos de um só pai, que é Deus.

Fonte: Coleta direta, 2009.

Outros pais forneceram respostas vagas sobre a finalidade da classificação da cor/raça na escola, como pode ser visto no Bloco de resposta F. Desse modo, a partir da análise distribuída nos blocos em relação à classificação da cor/raça nas escolas, parece que esses pais não compreendem o objetivo real da classificação, que é conhecer a cor/raça dos alunos que frequentam o ensino educacional brasileiro, realizar cruzamento de dados e verificar se existem desigualdades no sistema educacional entre brancos, pardos, pretos, amarelos e indígenas.

DaMatta (1987) explica bem em seu texto “Digressão: A Fábula das Três Raças, ou o Problema do Racismo à Brasileira”, que a história do Brasil se dá através de uma “história de raças” e “não de homens”. No entanto, mesmo com a presença marcante do viés racial, existe uma grande dificuldade de pensar a nossa realidade social a partir da raça, ou seja, de perceber como ocorre a relação dos elementos constitutivos da sociedade brasileira (o branco, o negro e o índio) e como estes elementos servem de base para as relações sociais.

O autor destaca ainda em seu texto os elementos constitutivos da sociedade brasileira em um triângulo, intitulado “triângulo das três raças”, onde o topo do triângulo pertence aos brancos e a base é representada pelos negros e índios, esses mantêm uma relação coerente e abrangente, uma realidade cheia de diferenças e hierarquias, porém, integrada. Na visão de DaMatta (1987, p.82), “essa integração permite até hoje discutir e perceber a acentuada miséria dos negros e índios, sem perceber suas diferenciações específicas e, sobretudo, sem colocar em risco a posição de superioridade política e social dos brancos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises dos resultados obtidos nos levam a inferir que o sistema de classificação racial nos anos iniciais (1º ao 5º ano de escolaridade) do ensino básico nas escolas pesquisadas da rede pública e privada do Município de Montes Claros possui falhas, já que a maioria dos pais não compreende o real sentido da classificação racial.

Os dados aqui apresentados demonstram a grande dificuldade que os pais têm em explicar para que se utiliza a classificação racial; isso ocorre porque os entrevistados não conseguem perceber a importância dessa informação e chegam a considerar a classificação

racial no ambiente escolar um erro, que pode gerar uma grande consequência, a discriminação racial.

O discurso de nação igualitária e sem preconceito, fortemente utilizado pelos pais entrevistados, faz com que o questionamento sobre a classificação racial não seja aceito. Talvez, essa dificuldade em admitir o questionamento sobre a classificação racial ou em se classificar em uma determinada categoria racial seja um indício de que a questão racial no Brasil é um assunto complexo que deve ser mais debatido nos diversos espaços da vida social.

Deste modo, os resultados desses dados nos possibilitam sugerir que a questão racial seja mais trabalhada, pois somente após a conscientização dos diversos atores sociais, principalmente aqueles presentes no ambiente escolar, sobre a questão racial, é que realmente poderá ocorrer a efetivação da lei 10.639/2003, a qual regulamenta a promoção da igualdade das relações raciais nas escolas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): Censo Escolar. 2009. <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/questionarios/> (acessado em 02/02/2009).

_____, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): Indicadores Sociais. 2007. <http://www.ibge.gov.br/home/> (acessado em 01/02/2009).

DA MATTA, Roberto. **Relativizando; uma introdução à antropologia social**. Editora Rocco. Rio de Janeiro, 1987.

GLOBO, **Dicionário de sociologia**. 7ª ed., Editora Globo, organizado pela Seção de Obras de Referências do Departamento Editorial da Editora Globo. Porto Alegre, 1977.

IANNI, Octavio. **Raças e Classes Sociais no Brasil**. 3ª ed. São Paulo. Editora Brasiliense, 1987.

_____. **Dialética das relações raciais**. Fev. 2004, Vol.18, nº 50. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a03v1850.pdf (acessado em 15/03/2009).

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Rio de Janeiro. 2001. http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td0807.pdf (acessado em 29/01/2009).

HERINGER, Rosana. **Desigualdades raciais no Brasil: Síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas**. Centro de Estudos Afro-Brasileiros, Instituto de Humanidades, Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro. 2002. http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_artte(acessado em 29/01/2009).

JACCOUD & BEGHIN, Luciana; Nathalie. **Desigualdades Raciais no Brasil: Um Balanço da Intervenção Governamental**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília. 2002.

LOPES & ROSSO, Sônia; Sergio. **Biologia**. São Paulo: Saraiva, 2005.

MAIO, Marcos Chor. **O Brasil no concerto das nações: a luta contra o racismo nos primórdios da Unesco.** Out 1998, vol.5, nº. 2. Disponível em: <http://www.scielo.br>. (acessado em 29/12/2008).

NOGUEIRA, Oracy. **Tanto preto quanto branco: Estudo de relações raciais.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

PINTO, Simone Martins Rodrigues. **Justiça transicional na África do Sul: restaurando o passado, construindo o futuro.** Dez 2007, vol.29, nº. 2. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo> (acessado em 29/12/2008).

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: Uma nova perspectiva sociológica.** Rio de Janeiro. Fundação Ford, 2003.